



3ª edição

DEZEMBRO 2021

Trata Brasil

A Revista do Saneamento



Índice

Editorial:

SAÚDE E POBREZA MENSTRUAL

Ações e Projetos:

PRINCIPAIS AÇÕES DO TRIMESTRE

Entrevistas:

ÉDISON CARLOS, PRESIDENTE EXECUTIVO
DO INSTITUTO TRATA BRASIL

Acontece no Saneamento:

O NOVO MARCO LEGAL
DO SANEAMENTO E
OS INVESTIMENTOS NO SETOR

Blog

03

04

06

08

10

E ditorial:

Saúde e pobreza menstrual

Por Victoria Dezembro, fundadora da ONG
Projeto Luna

Toda a humanidade sofreu e ainda sofre os efeitos da pandemia, mas não há dúvidas que os impactos econômicos e sociais foram ainda maiores sobre as mulheres – o trabalho informal e o trabalho doméstico, onde elas são maioria, foi diretamente impactado. Em meio a mais um ano de crises e incertezas, uma coisa permaneceu constante para muitos de nós: a menstruação. E quem diria que seria logo nesse momento tão delicado que um assunto que permaneceu nas sombras por centenas de anos seria descoberto pela sociedade brasileira?

A pobreza menstrual tende a se agravar em um momento de pandemia, obrigando muitas mulheres a ter que tomar a difícil escolha: comer ou menstruar com dignidade? Com a drástica redução de renda, o acesso a itens caros como os absorventes íntimos fica ainda mais complicado.

Mas afinal, o que é pobreza menstrual? A pobreza menstrual é entendida como a falta de acesso a educação sobre menstruação, saneamento básico, banheiros e a artigos menstruais, como os absorventes, que são considerados “artigos de luxo”.

Artigos de luxo porque esses itens imprescindíveis na vida de uma pessoa que menstrua, são tributados com carga equivalente a itens supérfluos no Brasil, 27,5%. O que não faz sentido visto que a menstruação é um processo corporal natural e inevitável, e não uma escolha. Isso acaba obrigando a pessoa que menstrua a ter que improvisar, com papelão, jornal, meias velhas e até miolo de pão.

A prática de “improvisar”, além de degradante e desconfortável, tem um impacto devastador na vida produtiva, na autoestima e na saúde de quem menstrua. Na Índia, por exemplo, aproximadamente 12% das mulheres que menstruem não podem pagar por produtos menstruais. Segundo um estudo do Indian Journal of Cancer, a má higiene menstrual, causada por práticas de improviso, parece estar ligada à taxa dramaticamente elevada de câncer cervical no país. Aproximadamente 70% de todas as doenças reprodutivas da Índia são decorrentes de higiene menstrual precária.

Assim como os absorventes, a garantia de acesso a sanitários seguros e limpos durante a menstruação é essencial para prevenir infecções e outras questões de saúde gerados pelo uso contínuo de um mesmo produto menstrual. A carência de condições para se higienizar acaba fazendo com que meninas retenham a urina por períodos prolongados, podendo causar, dentre outras questões de saúde, infecções urinárias.

Dado que esse processo fisiológico tem sido um aspecto essencial da condição humana desde sempre - e estigmatizado, marginalizado ou, na melhor das hipóteses, ignorado por todo esse tempo - não é à toa que a causa conquistou as pessoas e está na “moda”. E é exatamente nesse momento que precisamos surfar a onda de todo esse entusiasmo e demandar políticas públicas quanto à saúde menstrual.



E o que seriam essas políticas públicas? Para que nossas meninas e mulheres não tenham suas oportunidades de desenvolvimento limitadas, nós precisamos de leis que garantam e facilitem o acesso a artigos menstruais, como já é feito com as camisinhas, que são distribuídas gratuitamente pelo SUS e que possuem tributo reduzido. Enquanto os artigos menstruais continuarem sendo tributados como privilégio, meninas deixarão de ir à escola e mulheres faltarão ao trabalho. É uma triste rotina as meninas de baixa renda faltarem às aulas todo mês por conta da menstruação, causando uma ausência de 45 dias no ano letivo. Segundo a pesquisa “#Meninaajudamenina” encomendada pela marca Always, uma em cada quatro meninas no Brasil já faltou à aula por não ter um absorvente.

A inexistência ou precariedade de banheiros e saneamento nas escolas é um outro fator que acentua drasticamente a evasão escolar durante o período menstrual. Essas instalações são essenciais para que a pessoa que menstrua consiga realizar a higiene que esse período requer com dignidade e saúde, podendo se lavar, trocar e descartar o material menstrual de forma segura e confortável.

Quando a falta de acesso a artigos menstruais e banheiros compromete a educação, não são apenas as meninas que são afetadas, mas a sociedade como um todo. No limite, são médicas, engenheiras e professoras que a sociedade deixa de ter a contribuição.

Nós nunca teremos mulheres competindo de igual para igual com os homens no mercado de trabalho se elas estão abandonando sua educação. Eliminar a pobreza menstrual é imprescindível para conquistarmos a igualdade de gênero.

Ou seja, os efeitos da pobreza menstrual vão muito além da questão de saúde e evasão escolar; ela é responsável pelo agravamento de um quadro de pobreza com grande impacto econômico na sociedade como um todo. De acordo com um estudo publicado pela biblioteca do Banco Mundial, a cada 1% de aumento na proporção de mulheres com ensino médio, a renda per capita anual de um país aumenta 0,3%. Fechar a lacuna de desemprego entre meninas e meninos adolescentes resultaria em um aumento de até 1,2% no PIB em um ano.

Diferentemente do que pode se imaginar, a pobreza menstrual não é um problema que aflige apenas países em desenvolvimento: ela é uma realidade em todo o mundo, inclusive nas grandes potências globais, como Estados Unidos e Reino Unido. E não estamos falando de um grupo seleto. Nos Estados Unidos, uma em cada 5 meninas relatou ter faltado à escola por falta de itens menstruais. No Canadá, um dos países com a maior renda per capita do mundo, um terço das mulheres com menos de 25 anos não têm condições de comprar artigos menstruais. Para se ter noção do tamanho do problema, em todo o mundo, todos os dias, mais de 800 milhões de pessoas estão menstruando. No mínimo, 500 milhões dessas pessoas vivem em pobreza menstrual.

Chegou a hora de exigirmos políticas sólidas que reconheçam a higiene menstrual pelo que ela é: uma questão de saúde pública, igualdade de gênero, paridade econômica e oportunidade educacional. E acima de tudo, uma questão de direitos humanos que afeta todos nós - seja você uma pessoa que menstrua ou não.

Ninguém deveria ficar para trás só porque menstrua.

Ações e projetos do Trata Brasil



Estudos

• SANEAMENTO E DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA – ano base 2019

O Instituto Trata Brasil divulgou um estudo sobre a ausência de saneamento e as doenças de veiculação hídrica intitulado de **“Saneamento e Doenças de Veiculação Hídrica – ano base 2019”**. Indicadores do estudo apontaram que mesmo um ano antes da Covid-19 começar no Brasil, a ausência de saneamento básico já sobrecarregava o sistema de saúde com 273.403 internações por doenças de veiculação hídrica - um aumento de 30 mil hospitalizações comparativamente ao ano anterior. A incidência foi de 13,01 casos por 10 mil habitantes gerando gastos ao país de R\$ 108 milhões, segundo o DataSUS.

Essas internações por doenças causadas pela falta de saneamento se distribuem pelo território nacional devido as condições sanitárias de cada região. Nota-se que a ausência dessa infraestrutura é mais evidente no Norte, onde somente 12% da população possuem coleta de esgotos; na região foram 42,3 mil internações por doenças de veiculação hídrica. Em seguida, veio o Nordeste, onde somente 28% da população possuem coleta de esgotos, e onde ocorreu o maior número de hospitalizações - 113,7 mil em 2019.

O Sul foi a terceira pior região com 46,3% da população tendo acesso à coleta dos esgotos e 47% dos esgotos gerados são tratados. Centro-Oeste tem 57,7% da população com coleta dos esgotos e 56,8% de tratamento do volume esgoto coletado. As duas regiões registram 27,7 mil internações cada. Já

o Sudeste tem os melhores indicadores com 79,2% da população com coleta de esgotos, porém com apenas 55,5% dos esgotos gerados sendo tratados e 61,7 mil internações.

O estudo mostrou a relevância de se acelerar a agenda do saneamento básico com mais investimentos ao passo que mais pessoas recebam os serviços. O Brasil necessita correr contra o tempo para cumprir as metas do ODS 6 – Água Potável e Saneamento, firmado pela ONU, de universalizar o acesso à água e os serviços de esgotamento sanitário, bem como as metas do novo Marco Legal do Saneamento, Lei 14.026 de 2020, que estipula o prazo até 2033 para 99% da população ter acesso à água tratada e 90% da população ter coleta dos esgotos.



• Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no estado de Santa Catarina

O Instituto Trata Brasil, em parceria com a Ex Ante Consultoria Econômica, divulgou o estudo **“Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no estado de Santa Catarina”** visando mostrar os ganhos sociais, ambientais e econômicos que a universalização do saneamento básico traria ao estado. O estudo trouxe uma abordagem ampla dos ganhos entre 2021 e 2040, prazo limite para a universalização desses serviços, mas também num cenário de 35 anos, até 2055, prazo usual nos novos contratos sendo feitos no setor.

Sem a universalização o estado por perder R\$ 32,5 bilhões em benefícios sociais e ambientais e deixar de criar 14 mil empregos. Para se chegar à universalização seriam necessários investimentos de R\$ 6,4 bilhões nos próximos 35 anos; recursos capazes de incorporar quase 2,5 milhões de pessoas no sistema de distribuição de água tratada e cerca de 6,3 milhões de pessoas no sistema de coleta de esgoto.

Caso Santa Catarina invista esses recursos e chegue à universalização até 2040, o estado teria ganhos líquidos, ou seja, já descontados os investimentos necessários, de R\$ 14,8 bilhões em benefícios. Num período de 35 anos, ou seja, até 2055 os ganhos seriam de R\$ 23,9 bilhões. Entre os benefícios estão a redução de custos na área da saúde, aumento da produtividade no trabalho, valorização imobiliária, aumento da renda com turismo.

Também foi feita uma análise a respeito dos ganhos do legado no futuro. O balanço do saneamento para o futuro indica que, de fato, para cada R\$ 1,00 investido, o estado terá R\$ 3,70 de aumento de riqueza, no longo prazo, o retorno pode chegar a R\$ 5,70. O estado é bem desenvolvido em diversas áreas, porém está entre os piores quando se trata de serviços de água e esgoto, Santa Catarina tem muito a ganhar com a universalização do saneamento.

Você pode acessar todos os estudos na íntegra no site do Instituto Trata Brasil - www.tratabrasil.org.br



Projetos

• Trata Brasil na Comunidade: Benefícios da água potável em comunidades vulneráveis em Manaus (AM)

Semelhante ao que foi feito para o estado de Rondônia, o ITB divulgou o novo estudo **Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Maranhão** visando mostrar os ganhos sociais, ambientais e econômicos que a universalização do saneamento básico traria ao estado.

O Maranhão possui 7,1 milhões de habitantes espalhados em 217 municípios. Segundo informações do SNIS em 2019, apenas 48,4% da população são atendidas com abastecimento de água, enquanto somente 11,5% possuem coleta de esgoto em suas residências e apenas 14,2% do esgoto gerado na região são tratados. Ademais, no Maranhão, 59,5% de toda água potável captada é perdida nos sistemas de distribuição.

O estudo apontou que o Maranhão pode perder R\$ 21,3 bilhão em benefícios sociais e ambientais,

além de deixar de criar 53 mil empregos sem a universalização dos serviços de saneamento. Com a universalização do saneamento até 2040, o Maranhão teria ganhos líquidos, ou seja, já descontados os investimentos necessários, de R\$ 11,3 bilhões em benefícios e, até 2055, um ganho de R\$ 13,4 bilhões.

Para alcançar a universalização, o estudo mostrou que seria necessário investimentos de R\$ 6,3 bilhões; recursos capazes de incorporar quase 4 milhões de pessoas no sistema de distribuição de água tratada e cerca de 6 milhões de pessoas no sistema de coleta de esgoto.

A universalização do saneamento deixará um legado para o futuro. Além dos ganhos sociais e econômicos, há os ganhos ambientais com a despoluição dos mananciais, rios, córregos e lagos da região. Com ganhos inestimáveis, será uma grande mudança para o Maranhão e os 217 municípios espalhados pelo estado com a universalização do saneamento



Podcasts

• Episódios lançados desde a última edição da revista

Em 2020, o Instituto Trata Brasil lançou o podcast **Falando de Saneamento** com diversos assuntos, sobretudo relacionados ao saneamento básico. Os podcasts contam com entrevistas feitas com embaixadores do Instituto Trata Brasil, especialistas do

setor de saneamento, além de convidados especiais que lutam pela causa no Brasil. Nos últimos três podcasts lançados desde a segunda edição da revista, o ITB abordou diversos temas com diferentes convidados sobre a temática do saneamento. Confira:

- Viviane Martins, CEO da Falconi e especialista em ESG no Brasil, explicou como as empresas podem integrar este conceito globalmente e qual o papel do saneamento básico no processo;



- Marcos Thadeu Abicalil, Executivo Sênior do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, falou da necessidade de acelerar os investimentos em saneamento e buscar soluções diferenciadas;



- Édison Carlos, Presidente Executivo do Trata Brasil, que deixa o cargo em dezembro deste ano, após 11 anos à frente da instituição, nos contou sobre sua brilhante trajetória no Instituto Trata Brasil, além de analisar a questão do saneamento no Brasil.



Acesse o site do Instituto Trata Brasil (www.tratabrasil.org.br) e escute os episódios.

E

ntrevistas

O entrevistado da terceira edição da revista Trata Brasil - A Revista do Saneamento é o Édison Carlos, que deixa o cargo de Presidente Executivo do Instituto após 11 anos. Édison nos contou sobre sua brilhante trajetória no Instituto Trata Brasil, além de analisar a evolução da questão do saneamento no Brasil.

1- Édison, você praticamente viu o Trata Brasil nascer ao entrar como conselheiro da instituição. Em 2010, você é convidado para assumir a presidência executiva. Como foi essa transição no começo?

Bom, eu estou no Trata desde o nascimento, eu fiz parte das reuniões de criação do Instituição. Eu estava em uma das empresas que esteve na concepção da ideia do Trata Brasil, então eu entrei na fundação do ITB como conselheiro. O Raul Pinho foi nosso primeiro presidente executivo, que teve esse papel de abrir as fronteiras e de começar o trabalho que fez de forma magnífica durante os três anos em que ele presidiu o Trata Brasil, além de criar as bases dos trabalhos do Instituto.

Em 2010, ele voltou para a iniciativa privada e indicou meu nome. Eu estava há 20 anos no setor petroquímico, pensava que ia me aposentar lá e eu não aceitei a proposta na primeira vez que me chamaram, porém no segundo convite aceitei. Mas foi algo totalmente novo, apesar de eu estar no Trata desde a fundação.

Para quem não sabe, em 2007, quando o Trata Brasil começou, ninguém falava de saneamento. A gente fez uma pesquisa em 2008 para 2009 com o Ibope e 30% dos brasileiros não sabiam sequer o que significava saneamento básico. Então era um assunto praticamente escondido. A imprensa não falava, os formadores de opinião não comentavam, a mídia não divulgava nada. Como eu estava tran-



Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil

quilo na minha atividade na área petroquímica, era assustador pegar uma instituição que tinha esse propósito de levar o tema para o Brasil inteiro e ampliar esse discurso para que fosse um assunto do dia a dia da sociedade.

Então, foi uma transição bastante pensada, eu lembro que eu fiquei uns 15 dias sem dormir pensando se eu deveria assumir ou não. Havia um apoio incondicional das empresas que já estavam e das entidades que faziam parte para que eu fosse o presidente. Mas eu dentro de mim pensava: "Pô, será que eu vou conseguir dar conta disso?". Foi um momento bastante complicado e uma decisão muito difícil, mas a partir do momento em que eu assumi, a minha dedicação foi total, fui estudar bastante, mergulhei em tudo que achei sobre saneamento e acho que deu certo.

2 - É inegável que de 2010 para cá, muitas coisas aconteceram no mundo do saneamento básico, e o papel do Instituto Trata Brasil foi fundamental. Você consegue elencar algumas das principais contribuições do ITB e que fizeram a diferença?

Eu sempre vi o trata como um movimento de comunicação, menos um movimento técnico de engenharia, de um projeto, mas uma fonte de informação para a sociedade. Desde que o Trata nasceu, sempre o vi como um instrumento de comunicação para levar sua mensagem para o povo brasileiro em todos os lugares, e esse era o grande desafio para mim.

Eu me perguntei como eu poderia ajudar o instituto a falar com o país inteiro e não só com São Paulo, Rio de Janeiro e com o Sul do Brasil. Como é que a gente fala com o Norte? Como é que a gente fala com o Nordeste? É complicado, o Brasil é gigantesco.

O Raul já tinha feito um trabalho muito bom de falar com a Pastoral da Criança, que é uma entidade super reconhecida. Eu também fui atrás da Igreja Católica, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a gente ter uma Campanha da Fraternidade sobre saneamento. Foi um trabalho de mais de dois anos conversando com as lideranças da CNBB para poder fazer com que o saneamento fosse considerado entre os temas que pudessem ser eleitos para a campanha, e isso aconteceu. Acho que foi um grande marco, porque a Igreja Católica levou o tema do saneamento para os quatro cantos do Brasil para todas as paróquias todas e igrejas.

Ter sido premiado também pelo jornal O Globo como a entidade que mais se destacou em 2012 no tema sustentabilidade no Brasil também foi muito importante. E uma coisa que eu considero bastante significativa é que o Trata Brasil conseguiu falar com todos os lados do saneamento de uma forma muito amistosa e respeitosa. Então, a gente falava com as empresas estaduais, municipais, privadas, com todas as entidades e entidades do governo federal e os ministérios. O Trata Brasil não tem inimigos, tem pessoas que pensam diferente, mas isso é normal faz parte da democracia e tem que ser assim mesmo.

Mas todo mundo olha o Trata Brasil com muito respeito, uma entidade que se especializou em levar números, indicadores, estudos e ações em comunidades muito carentes. Esse também acho que é o ponto de diferenciação. Você tem um lado humano muito forte no Trata Brasil, eu acho que isso nos diferencia de muita gente. Acredito que eu consegui trazer isso para dentro do Trata, essa visão de que ele é um instrumento, não é uma finalidade em si. Ele existe para uma causa, a causa está acima, não é a gente, não é o Trata Brasil. Muitas vezes demos entrevistas para veículos de comunicação e não sai o nome do Trata Brasil, nem queríamos que saísse, a gente queria que se falasse de saneamento.

3 - Édison, você está há 11 anos no Trata Brasil, qual a sua visão da evolução dos serviços de saneamento no Brasil ao longo desses anos?

Quando começamos não tínhamos a menor ideia de onde chegaríamos. A gente queria que o saneamento fosse um tema importante na sociedade brasileira, porque acompanhávamos as eleições naquela época e a gente via que o saneamento era simplesmente um assunto desconhecido. Não dá para viver sem água potável e não dá para conviver com esgoto por causa de tudo o que a gente sabe, das milhares e milhares de internações, doenças, do afastamento das crianças da escola, enfim, é impossível, mas era um tema que não se falava muito e por conta disso se investia muito pouco.

Os investimentos em saneamento sempre foram muito localizados aqui na região Sul e Sudeste. São Paulo representa até hoje mais de 30% do investimento que o Brasil tem em saneamento, depois o Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco. Então, temos um pequeno conjunto de estados que concentram dois terços do que o Brasil investe em saneamento.

Então, vimos que, nesses anos todos de Trata Brasil, houve um avanço importante. A gente falava de investimentos na faixa de R\$ 4 bilhões, hoje a gente fala em investimentos de R\$ 15 bilhões, então houve um avanço efetivo. Teve a formação do Ministério das Cidades lá atrás, agora Ministério do Desenvolvimento Regional. Houve a criação da Secretaria Nacional de Saneamento, do PAC, que trouxe recursos novos para saneamento. Teve várias coisas que foram acontecendo e o Trata Brasil fazendo uma pressão constante cobrando por mais investimento, por mais responsabilidade e mais eficiência.

Eu digo que o saneamento avançou mais onde já era bom e avançou pouco onde era muito ruim. É isso que a gente espera que mude a partir do Novo Marco Legal do Saneamento, porque agora todo mundo vai ter que ser incluído, o cidadão do semiárido, da Amazônia, da favela, da área irregular, da área invadida, do município pequenininho do interior do estado. O Brasil avançou, mas muito menos do que a gente gostaria, então agora é hora de focarmos nessa nova lei para que a gente consiga dar passos muito mais velozes do que vimos até agora.

4 - Na sua visão quais serão os maiores desafios para alcançar a universalização do saneamento no país?

Acredito que estamos vivendo um novo momento. Com a nova lei, o país passa a ter metas concretas a serem cumpridas, independente da empresa ser estadual, municipal ou privada. Nós temos metas a serem atingidas, todos os municípios vão ter que ser atendidos, o que significa um desafio gigantesco, desafio que nós nunca tivemos, ou seja, atender todo mundo 99% das pessoas têm que ter água potável até 2033 e 90% coleta e tratamento de esgoto, significando levar o saneamento a lugares aonde nunca chegamos antes.

Um desafio novo para as empresas, isto é, será necessário que estejam preparadas para isso. Caso ao contrário, outras empresas vão ter que entrar no cenário, como já está acontecendo, a realização de novos leilões, além de empresas assumindo novos municípios. Esse é o objetivo que temos para ser seguido.

O desafio agora é fazer a lei ser aplicada na sua plenitude. Precisamos vencer os desafios, como por exemplo, hoje existem processos judiciais questionando a lei. Temos desafios da regulação, no qual, nem todas as agências reguladoras estão 100% preparados para desafios que virão. As agências reguladoras necessitam de mais independência política, independência financeira e independência jurídica.

Comparo esse momento da lei com uma partida de futebol, ou seja, nós pegamos a bola e colocamos o meio de campo, agora tem que jogar o jogo. Um desafio de todos nós, manter a pressão, o Trata Brasil deve se manter firme, alerta, cobrando e ajudando.

A sociedade também precisa cumprir seu papel, os cidadãos devem se organizar com a sua vizinhança, com seu bairro para cobrar e pressionar os prefeitos, vereadores. Além de pressionar o ministério, empresas de água esgoto.

Nós não podemos abrir mão de nos manter firmes na cobrança, para que essa lei realmente seja colocada em toda sua plenitude, porque só assim nós vamos conseguir fazer com que todo brasileiro tem acesso aos serviços.

5 - Você gostaria de deixar uma última mensagem ao nosso ouvinte?

Minha mensagem é de agradecimento. Gostaria de agradecer por ter tido essa oportunidade e ter conseguido descobrir dentro de mim uma coisa não fazia ideia que existia, esse amor pela causa do saneamento, além de um amor pelo país e um amor pelo bem-estar das pessoas

Acredito que existem duas formas de trabalho: uma é você trabalhar de maneira burocrática, ou seja, acordar de manhã, ir para o seu trabalho e realizá-lo da melhor forma possível, voltando no final da tarde; ou você pode colocar amor naquilo que você faz e foi o que eu fiz, coloquei amor no meu trabalho.

Confira a entrevista completa no último episódio lançado pelo Trata Brasil em seu podcast “Falando de Saneamento”. Acesse em: <http://www.tratabrasil.org.br/pt/>



Acontece no saneamento

O Novo Marco legal do Saneamento e os investimentos no setor

Com a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento em 2020, o setor do saneamento vive um novo momento. As metas estabelecidas pela Lei Federal 14.026/2020 exigem que até 2033 o país alcance a universalização, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e a coleta de esgoto.

O país terá que continuar trabalhando e investindo nos serviços de saneamento. No Brasil, quase 35 milhões de pessoas vivem em locais sem acesso à água tratada e 100 milhões de brasileiros não tem atendimento à coleta de esgoto.

Nas zonas rurais, a situação é ainda mais preocupante. Segundo dados do IBGE 2015, apenas 30% da população que viviam em zonas rurais tinham acesso ao atendimento a coleta e tratamento de esgoto. É fundamental o país entender as diferenças entre área urbana e rural, trabalhando em políticas públicas para buscar cumprir com as metas estabelecidas, aplicando a lei em sua plenitude.

A aprovação do Marco gerou novas esperanças de avanços no setor, com isso, o governo busca atrair mais investimentos para o saneamento, abrindo espaço para o setor privado por meio de licitações, leilões e Parcerias Público-Privada (PPPs), dando mais opções aos municípios e regiões na escolha de prestadores de serviços.

Essa abertura contribui para que se chegue mais perto do recurso financeiro necessário em investimentos anuais para ofertar serviços de saneamento de maneira universal até 2033, que equivale a R\$ 70 bilhões.

Além disso, o Novo Marco Legal do Saneamento permite a prestação regionalizada para a gestão de serviços de saneamento, o que contribui para universalização, sobretudo em municípios menores. Logo, há mais competição no mercado o que pode dar mais celeridade para quem espera ter acesso a água potável e tratamento de esgoto.

Os leilões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) já ocorrem em várias partes do Brasil com o intuito de contribuir para alcançar as metas de universalização. Eles podem seguir diferentes modelos; alguns serão feitas por meio de PPP de esgoto ou água, e outras por meio de concessão plena, que inclui produção e distribuição de água e esgoto. O leilão da CEDAE no Rio de Janeiro, que aconteceu em abril de 2021, até o presente momento, é considerado o maior realizado no país, com outorga de R\$ 22,7 bi.

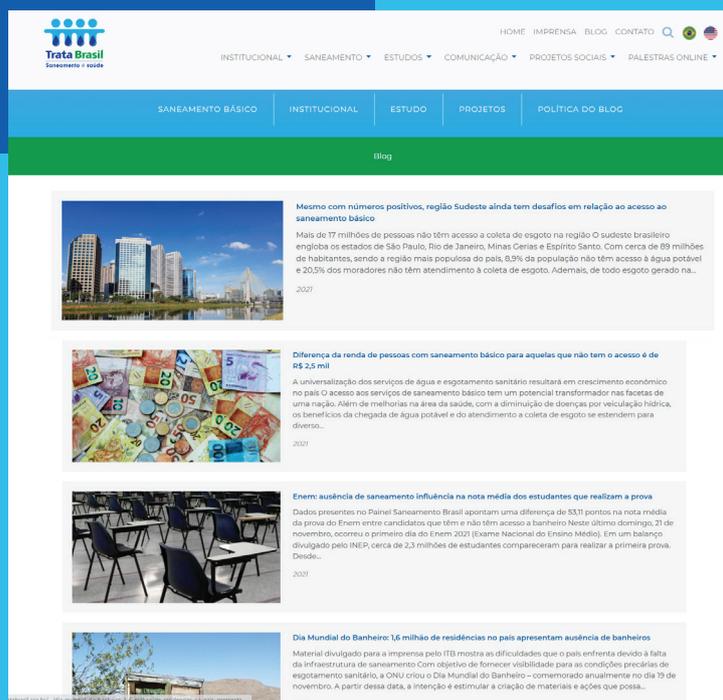
Pensando nos esforços necessários para o próximo ano, o novo Marco Legal de Saneamento definiu que até 2022, as cidades que não tiverem gestão regionalizada do serviço não terão mais acesso a financiamentos federais. A regionalização prevista pela lei federal 14.026/2020 determina que os municípios terão até 31 de dezembro de 2022 para publicarem os planos de saneamento básico. As empresas que assumirem a responsabilidade pelos serviços públicos de saneamento deverão comprovar capacidade

econômico-financeira e se adequar as metas de universalização da Lei, tendo até 30 de março de 2022 para consolidar o contrato em vigor. Logo, 2022 é um ano muito decisivo para o futuro do saneamento em diversas cidades brasileira.

Os investimentos em saneamento podem contribuir enormemente para retomada da economia no período pós pandemia, gerando empregos e renda, além de melhorar a sociedade como um todo por meio dos benefícios gerados nas áreas sociais. Além de ser um direito essencial para dignidade humana, o acesso aos serviços de saneamento gera ganhos econômicos e sociais incontestáveis, como redução de custos na área da saúde, aumento da produtividade no trabalho e aumento da renda, valorização imobiliária, entre muitos outros benefícios, além de deixar um legado para o futuro.



Blog



Além dos estudos realizados e dos podcasts elaborados, o Instituto Trata Brasil semanalmente produz textos com diferentes temáticas relacionadas ao saneamento básico.

O blog busca informar os leitores sobre a importância da universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário, mostrando os benefícios na área da saúde, educação, economia e também na preservação ambiental.

Como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o Trata Brasil trabalha para que o cidadão seja informado sobre a problemática do saneamento básico no país, buscando conscientizar a sociedade brasileira afim de lutar pelo acesso digno dessa infraestrutura tão essencial.

Acesse o blog na parte superior no site do Trata Brasil: <http://www.tratabrasil.org.br/pt/>



Expediente:

Diagramação: David Freitas / Yellow Comunicação.

Conteúdo: Giovanna Linck (Analista de Comunicação Jr. do Instituto Trata Brasil);

Priscila Neves (Analista de Comunicação do Instituto Trata Brasil);

Isabella Falconier (estagiária de Comunicação do Instituto Trata Brasil)

Coordenação: Rubens Filho (Coordenador de Comunicação do Instituto Trata Brasil)

MTB: 74655/SP